



O APOIO AÉREO APROXIMADO

Ian Madelin

Capitão-de-grupo, RAF (Inglaterra)

Nos livros infantis há uma fábula educacional chamada "A Roupa Nova do Imperador". Conta a estória de um imperador, afamado por sua extravagância no vestir, levado a encomendar uns trajes mais lindos e mais esplêndidos do que jamais vira. É indumentária cara; o preço sobe e sobe quando ainda em confecção e o imperador tem que meter a mão no erário imperial para pagar a roupa — envolvendo na compra o seu camerlengo e seus ministros.

A piada é que o vestuário não existe, porém sabidíssimos alfaiates — que supostamente o estão confeccionando — espalham a voz de que só pode ser visto por quem não seja tonto. Um belo dia o imperador exhibe a fabulosa roupagem num grandioso desfile, em que passeia pelas ruas da capital nu em pelo. Os súditos arregalam os olhos, cada qual persuadido pela reação dos circunstantes a

admirar o esplendor da roupa nova do imperador.

Mas, que é que este conto tem a ver com o apoio aéreo aproximado? Esqueçamos o imperador por um momento e vejamos. Em primeiro lugar, em que consiste o apoio aéreo aproximado? No linguajar oficial é: ... ataques aéreos, pedidos pelo comandante de terra, contra alvos hostis que se encontram na proximidade imediata das forças amigas e que precisam do entrosamento minucioso de cada missão aérea com o fogo e com o movimento das forças terrestres*.

É uma definição familiar para todos nós. Como definição, é bastante boa; clara, compreensível, parecendo que não deixa lugar a dúvidas. Talvez, porém, seja boa demais, porque o seu ar de certe-

* Paráfrase de definições que figuram em várias fontes: TACM-2-1, ATP 33, AAFCE Manual 802.

za nos induz a aceitá-la sem discussão, mal observando que mascara uma porção de incertezas e falha na resposta a várias questões. Procurarei neste trabalho ir além da definição formal e dar uma olhada mais cuidadosa ao apoio aéreo aproximado para ver o que realmente é, em termos simples e corriqueiros. E como não tencionamos aceitar nada "porque sim", começaremos pelo começo.

Estamos em guerra. Num setor da frente, o comandante do Exército trava acesa batalha com o inimigo. Nesse nível, a situação é sempre confusa; tudo se move e a maioria das coisas estão invisíveis. Para o comandante, é difícil saber, minuto a minuto, a posição de suas tropas; a posição do inimigo e especialmente sua força e intenções são freqüentemente pura conjectura. Nosso comandante de terra está totalmente ocupado com a batalha. Sabe muito bem que faz parte de uma batalha maior e que tem o apoio de outros escalões que se estendem do campo de batalha em todas as direções. Sua preocupação, contudo, é com o seu segmento do inimigo e com os alvos inimigos em sua área de contacto. Para resolver esses problemas, dispõe de várias armas; metralhadoras, morteiros, canhões, mísseis teleguiados contra-tanques e antiaéreos e possivelmente os seus próprios blindados. No entanto, poderia usar mais material, nem é preciso dizer. Esse "mais" disponível é o apoio aéreo aproximado. Ele o solicita. Não faríamos o mesmo todos nós?

O seu pedido de apoio aéreo, se a comunicação for possível, é transmitido pelo rádio ao centro de operações de apoio aéreo (ASOC) em nível superior de comando. O ASOC tem em mãos diversos pedidos análogos e, por motivos óbvios, sempre mais pedidos do que lhe

é possível atender. A função do ASOC é distribuir os aviões de ataque terrestre conforme as prioridades, julgamento muitíssimo difícil neste nível. Evidentemente, cada comandante que pede ajuda acha que as suas necessidades vêm em primeiro lugar. (Passaremos por alto, momentaneamente, o fato de ele talvez não ter certeza nem dos alvos em seu próprio setor e menos ainda da sua importância com relação ao resto da batalha.) Os ASOC por fim enviam em missões os preciosos aviões de ataque terrestres. Cada missão aceita desloca uma porção de outras que têm de ser rejeitadas. Por isso, o comandante de terra não pode contar com o atendimento do seu pedido nem pode estar seguro de que os aviões chegarão ao local e terão êxito.

Ocorre então uma espera, enquanto a missão é confiada a um esquadrão de caças, o piloto é informado e segue à área onde o necessitam. (Temos que presumir que o comandante de terra desiste de utilizar suas próprias armas enquanto espera, não obstante a ameaça que o alvo representa.) Tipicamente, essa espera dura de 30 a 90 minutos, podendo ser menos mas também podendo ser mais. Tomaram-se medidas para abreviá-la porém além de certo ponto isto só pode ser feito a um custo oneroso. Um dos remédios experimentados, por exemplo, foi manter continuamente no ar certo número de aviões de apoio aéreo aproximado, armados e à espera de chamados. Mas medidas desse tipo são sumamente ineficientes e, não obstante o desperdício de recursos, não bastam para eliminar o lapso de espera. O fato é que certo atraso, por breve que seja, faz parte da natureza desta operação. Ao contrário das armas do comandante de terra, os aviões não reagem de imediato. É simplesmente uma de suas características e

tem de ser aceita. (Com efeito, todo o tema das características das armas amíde é passado por alto. Todas as armas têm suas características e o nó, em cada caso, é explorar as positivas e evitar situações em que se destacam as negativas.)

Eventualmente, os nossos aviões de apoio aéreo aproximado chegam à vizinhança da batalha — digamos que um par deles. Voam baixo e rápido. Debaixo deles desliza a campina. Talvez avistem sinais evidentes de batalha, talvez não. Onde está o alvo, nessa vastidão? Bem, que tipo de alvo se está buscando? Com toda probabilidade serão alvos isolados porque se o inimigo tiver um pingão de inteligência não vai juntar maciçamente suas forças, depois do primeiro contacto. O alvo será pequeno — visto do avião um tanque é bem pequeno — e poderá ser móvel. Não estará exposto e poderá inclusive estar camuflado ou oculto pela fumaça, quiçá gerada pelo próprio alvo. Nossos aviões não podem fazer reconhecimento do campo de batalha, pois seriam abatidos. Seja como for, não poderiam localizar este tipo de alvo sem auxílio, de modo que se afastam para obter informações de um controlador aéreo avançado (FAC). Se o FAC estiver onde estão os aviões, tampouco poderá enxergar o alvo; por essa razão se encontra em posição avançada e, em geral, em terra. Daí talvez possa ver o alvo (sem discutir que, se assim for, como é que não agiu por si mesmo). Mas, do solo, sua visão ainda é limitada, de modo que está ficando praxe pô-lo no ar. A princípio, os FAC voavam em aviões leves, mas eram abatidos. Foram evoluindo para aviões de hélice mais rápidos, passando depois para jatos mais antigos como o F-100, mais tarde até a aviões modernos como o par que ain-

da temos sobrevoando na distância, esperando instruções, e com os quais o FAC no ar partilharia idênticos problemas. Não insistiremos demais nesta progressão, salvo para dizer que o alvo em terra parece estar atraindo superabundância de atenção e recursos. Além disso, tornou-se tema de uma série incrivelmente complicada de procedimentos. Se a simplicidade é o princípio tácito da guerra, já o estamos violando com apeteite.

Os aviões que sobrevoam a área estão agora em contacto com o FAC, onde quer que esteja, e estão sendo informados pelo rádio. (Aviso ao inimigo: não interferir, por favor, enquanto se transmitem estes importantíssimos dados.) Por fim os caças tomam o rumo da zona de batalha com direção e distância pré-calculadas para chegar a um ponto do qual poderão avistar o alvo. Esse ponto ficará a 5 ou 8 km do lugar para possibilitar correções de último segundo para ajustar as miras, mais a distância correspondente ao ângulo de disparo das armas.

Que possibilidade têm os atacantes de avistar o alvo em tempo? Já se fizeram muitas experiências para aquilatar tal coisa e os resultados podem ser resumidos numa única palavra: insignificante. (Os leitores que duvidarem poderão verificar os arquivos pessoalmente.) O FAC poderá então melhorar sua informação verbal marcando o alvo, talvez com fumaça ou, no futuro próximo, com um fecho de laser. Se a fumaça ficar literalmente sobre o alvo e não for obscurecida pela densa nuvem que já paira no ar e, se o alvo, reconhecendo que foi indigitado, faz a gentileza de ficar quietinho, esperando o ataque, então a fumaça pode dar certo. Mas há uma dúvida. Se o FAC tem condições

de disparar sobre o alvo com fumaça ou laser e atingi-lo, então por que não aproveita o ensejo e o faz com algo mais substancial, como por exemplo um míssil antitanque teleguiado? É uma questão incômoda e, como fizemos com as anteriores, delicadamente nos desviaremos dela e continuaremos com o argumento que estávamos desenvolvendo.

Por fim, o par de aviões surge no campo de visão. Naturalmente, tornam-se muito vulneráveis. Empenhados em lançar armamento, têm de manter-se em rumo firme e provavelmente subiram um pouco para o ataque de mergulho.

(Poderíamos acrescentar que sem subir para mergulhar, mas apenas sobrevoarem o terreno para lançar em vôo baixo armas de ação retardada, sua vulnerabilidade diminuirá porém sua chance de localizar um alvo típico de campo de batalha cai praticamente a zero.) Temos assim uma impressão borrada, ameaçadora, de aviões que atacam, mergulhando para a ação em proximidade tão grande de nossas tropas que somente o piloto na carlinga pode ver exatamente em que direção vai seu aparelho. As defesas aéreas dos dois lados, os mísseis terra-ar e a artilharia antiaérea, todas disparam em unísono. Se a experiência das guerras recentes serve de guia, os aviões têm tanta probabilidade de ser atingidos pelas suas próprias tropas como pelas inimigas. Um minuto, porém! Que aconteceu ao requisito de integração minuciosa do fogo com o das forças terrestres, como o estipula a definição? Infelizmente, a única integração exata capaz de funcionar a essa altura imporia restrições tão severas às regras de engajamento de nossas próprias defesas aéreas que seria melhor não ter nenhuma.

Imaginemos, porém, que nossos pilotos estão de sorte. Encontram o alvo,

lançam suas armas sobre ele, zunem para o alto incólumes e regressam à base. Então o alvo foi completamente destruído? Bem, não exatamente. Os cálculos sobre a eficácia das armas revelam que, com a precisão esperada, se dois aviões dispararem cada um quatro suspensores aerodinâmicos de foguetes antiblindados contra um único tanque, têm 50% de probabilidade de destruí-lo. Ou, em outras palavras, o tanque tem 50% de chance de escapar intacto. Naturalmente, os cálculos variam com a precisão, tipo de arma, número de atacantes etc. e damos este exemplo apenas para oferecer ao leitor alguma idéia das probabilidades. Nosso cálculo, porém, ignora todos os outros imponderáveis antes mencionados. São fatores cumulativos e independentes do tipo e precisão da arma, mas têm influência muito significativa sobre o resultado final. Quando se multiplicam todos os fatores, temos de aceitar a realidade de que a chance de resultado com êxito é bastante magra, o coeficiente de perdas poderia ser alto, são consideráveis os recursos investidos e exorbitante a taxa de intercâmbio.

A esta altura, qualquer soldado que esteja lendo este artigo está ficando nervoso, talvez indignado até. Então a Força Aérea dispõe-se a deixá-lo na mão, roer a corda, romper o compromisso e deixá-lo diante do inimigo enquanto os aviões saem para fazer sua própria guerra? Não é bem assim. Mas há maneiras muito mais proveitosas que o apoio aéreo aproximado de utilizar nossos aviões para ajudar o Exército. Precisamos pensar outra vez no princípio das características das armas. As armas do Exército são imediatas, de pronta reação, continuadas, de qualquer tempo, para dia ou noite, e mais baratas do que aviões. Em geral são de curto alcance, não podem

ser rapidamente desdobradas e embora sejam extremamente exatas contra alvos conhecidos, na linha de visão, não são tão boas contra alvos indiretos cuja precisa localização não sabem. Por outro lado, os aviões não são de tão pronta reação, nem tão exatos, nem tão destruidores contra alvos protegidos e pequenos. São escassos, caríssimos e altamente vulneráveis — especialmente em lugares onde o inimigo conta com defesas intensas e está alerta. A seu favor contam-se a surpresa, a capacidade de ir além do horizonte e enorme flexibilidade em seu arco de utilização. Segue-se que, para tirar partido de todas essas características, da maneira mais vantajosa, deveríamos em princípio confiar nas armas integrais do Exército para a batalha de contacto e dar ao avião de ataque ao solo a missão de eliminar alvos na retaguarda do inimigo, alvos de que o Exército não pode dar conta com facilidade*.

Desse jeito conquistamos uma porção de vantagens. Em primeiro lugar, podemos causar mais caos entre os alvos inimigos de segundo escalão. A batalha de contacto depende totalmente de linhas vitais de abastecimento que vêm da retaguarda. Não se pode permitir que o inimigo opere essas linhas impunemente. Qualquer coisa que se possa fazer para perturbá-las e interrompê-las debilitará o poderio adversário na linha de frente,

tanto quanto os ataques dirigidos à própria linha. Com a mesma segurança e com muito maior eficiência. Os alvos nessa área poderiam incluir movimentos rodo e ferroviários, travessia de rios, parques de veículos, quartéis-generais, unidades de comunicação, áreas de congregação, áreas administrativas avançadas, depósitos de POL (petróleo, óleos e lubrificantes) e de munição, e assim por diante. Não existe o problema de distinguir entre tropas inimigas e as nossas, pois àquela distância, tudo é alvo franco. Esses alvos podem ficar a até 100 quilômetros atrás da linha de frente (menos de 8 minutos de voo) e as prioridades dos alvos deveriam ser decididas pelos comandantes de terra. Nossos ataques teriam efeito duplo: além de destruir alvos inimigos forçamos o inimigo a empregar ocultamento e dispersão e um grau de cautela que o atrapalhará e lhe reduzirá a rapidez em áreas em que suas necessidades exigem máxima liberdade de movimento.

Em segundo lugar, ao ampliar a área sobre a qual operamos, forçamos o inimigo a espalhar suas defesas aéreas, o que complica o comando e o controle, reduz a intensidade e conseqüentemente diminui nossa vulnerabilidade. Entra em jogo aqui uma lei de razão inversa pela qual quanto maior for a área que sobrevoamos, mais favorável nos será essa dispersão. É bem verdade que nossos aviões ainda têm que cruzar a linha de frente, porém não é preciso que o façam em lugares de conhecida concentração inimiga. Além do mais, enquanto estivermos dando apoio aéreo aproximado, o inimigo saberá onde reunir suas defesas para conseguir a maior vantagem. Sem a certeza do apoio aéreo aproximado ele já não sabe onde estarão localizados. Nessa eventualidade, muitos estarão no lugar

*Seria ingênuo de nossa parte não admitir a influência mais da rivalidade entre as Forças Armadas nesta questão, tendo expressões como "armas do Exército" e "armas da Força Aérea" adquirido matizes emocionais e divisivos. O que está em jogo é simplesmente escolher as melhores armas para o caso. O conflito é com o inimigo, não entre nós. Todas as armas são "nossas" e, fora a necessidade de descrevê-las objetivamente, devemos ser suficientemente sensatos para vê-las a essa luz.

errado e, na tentativa contínua de retificar o erro, uma parte estará sempre em marcha. Quem ficar na linha de frente provavelmente sofrerá muito maiores perdas de aviões do que nós.

O que nos traz a um ponto final muito significativo. Quando nossos aviões não estivessem geralmente sobrevoando nossas tropas de vanguarda, poder-se-ia dar às defesas de terra-ar do Exército virtualmente carta branca em matéria de regras de engajamento. Imaginemos como aumentaria vastamente sua eficácia se tivessem a liberdade, a maior parte do tempo, de ser disparadas contra qualquer avião de asa fixa que aparecer atacando no seu setor. Lembremo-nos de que as tentativas inimigas de prover apoio aéreo aproximado sofrerão as mesmas deficiências que as nossas; talvez mais, porque nossas tropas estão na defensiva e terão a vantagem do melhor ocultamento. A taxa de intercâmbio de fogo se voltaria fortemente a nosso favor e, com a precisão das armas modernas de defesa antiaérea, as perdas inimigas poderiam ser devastadoras.

Há uma precaução importante a tomar. Em geral, estas considerações aplicam-se à tática do apoio aéreo aproximado. Devemos reconhecer todavia que

há exceções, situações em que o uso de aviões de ataque terrestre em apoio aproximado pode ser essencial. Tais situações poderiam ser, por exemplo, um avanço do inimigo a uma frente francamente defendida ou o apoio de certas unidades terrestres que por uma razão ou outra carecem do poder de fogo para apoiar a luta. E deixamos de fora outras situações atípicas como as do Vietname e o emprego britânico do apoio aéreo aproximado na campanha de Rafdan, no Protetorado de Aden. Mas esses casos são exceções, não invalidam a regra.

Em conclusão, voltamos ao ponto de partida. Que acontece agora com o imperador? Examinemos-lhe a roupa bem de perto: costura, trama e urdidura: Não podemos dizer que não existe, mas temos que admitir que o tecido é muito ralo. No entanto, é caro, certamente não vale o que pagou por ele, e mal serve à finalidade para a qual foi comprado. Mas sugerimos outros modos pelos quais este investimento pode ser capitalizado. Esperemos atrair a atenção do imperador antes que seja tarde demais. Pois algum dia o imperador talvez tenha que ir à guerra. Suas alucinações poderão funcionar para ele e talvez para alguns cortesãos, mas não podemos acreditar que o inimigo seja tão indulgente.

Transcrito da "Air University Review", EUA.